

Artigos

Spanglish: reflexões sobre a expressão linguística hispânica de resistência aos símbolos linguísticos estadunidenses

Spanglish: reflections on the Hispanic linguistic expression of resistance to American linguistic symbols

Victor Gustavo Mota Loscha*
Andréa Vettorassi**
Alexandre de Araújo Badim***

RESUMO

Este artigo discorre sobre a importância do Spanglish como fenômeno socio-político de expressão da identidade das populações hispânicas nos Estados Unidos entre 1970 e 2000. A partir de uma revisão bibliográfica crítica, busca-se compreender como o surgimento e o uso do Spanglish estão relacionados a um movimento de resistência ao Imperialismo Linguístico e à imposição do inglês como língua única e oficial nos EUA. A metodologia é a descritiva e adota abordagem qualitativa, utilizando ampla pesquisa bibliográfica e análise de fontes secundárias, incluindo estudos publicados entre 1990 e 2022, além de fontes primárias e secundárias do Instituto Cervantes e dados do Departamento do Censo dos EUA. Ao final, mediante a associação do fenômeno com a legislação estadunidense, a dinâmica socioeconômica e a educação bilíngue, os resultados apontam que o Spanglish cumpre uma função identitária essencial para a preservação da língua espanhola e da diversidade cultural latino-americana, além de refletir a adaptação social e política dos hispânicos diante de pressões assimilacionistas.

Palavras-chave: *Spanglish; Imperialismo linguístico; imigração latino-americana; latinos nos EUA*

* Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais. Goiânia, Goiás, Brasil. <https://orcid.org/0009-0004-2028-444X>. E-mail: victorloscha@egresso.ufg.br

** Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais. Goiânia, Goiás, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-5615-4100>. E-mail: avettorassi@ufg.br

*** Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras. Goiânia, Goiás, Brasil. <https://orcid.org/0009-0007-1457-5584>. E-mail: alexbadim@ufg.br

ABSTRACT

This article discusses the importance of Spanglish as a sociopolitical phenomenon expressing the identity of Hispanic populations in the United States between 1970 and 2000. The research aims to comprehend how the emergence and use of Spanglish are linked to a resistance movement against Linguistic Imperialism and the imposition of English as the sole official language in the U.S. It demonstrates how linguistic diversity contributes to the preservation of Spanish and diverse Latin American culture. The methodology employs a descriptive and qualitative approach, incorporating extensive bibliographic research and analysis of secondary sources, including studies published between 1990 and 2022, along with primary and secondary sources from the Cervantes Institute and data from the U.S. Census Bureau. In conclusion, by associating the phenomenon with U.S. legislation, socio-economic dynamics, and bilingual education, the study draws conclusions that elucidate the identity and communicative function of Spanglish, emphasizing its symbolism in the cultural preservation of Hispanics residing in the United States.

Keywords: *Spanglish; Linguistic Imperialism; latin american immigration; latinos in the USA*

1. Introdução

O presente artigo investiga o fenômeno do Spanglish nos Estados Unidos, considerando-o uma expressão da identidade cultural e linguística hispânica e um movimento de resistência ao imperialismo linguístico dos EUA, a partir das concepções de Moreno (2016). O foco da pesquisa está no período entre 1970 e 2000, quando, segundo Massey (1995), a migração latino-americana para os EUA atingiu seu auge, e o uso do Spanglish tornou-se uma prática comum entre as comunidades hispânicas. O estudo contextualiza o desenvolvimento do Spanglish à luz de fatores históricos, culturais e sociais, e examina seu impacto no bilinguismo (Torres, 2016) e na preservação da identidade latina (Moreno, 2004 apud Betti, 2009).

No final do século XX, os Estados Unidos tornaram-se o principal destino da migração latino-americana, resultando em uma crescente população hispânica no país. Durante esse período, o espanhol foi inicialmente associado às classes sociais mais baixas e restrito a ambientes familiares (Moreno, 2006). Porém, a partir dos anos 1970, com o aumento significativo da migração, a língua espanhola ganhou mais visibilidade e importância, especialmente nos setores da educação, literatura e cultura (Pavlenko, 2002;

Massey, 1995). A presença significativa de hispânicos nos EUA resultou na criação de uma variedade híbrida do espanhol, o Spanglish, uma fusão linguística entre o espanhol e o inglês que reflete a complexidade da convivência entre essas duas línguas (Moreno, 2016).

O estudo ora apresentado destaca que, embora o inglês não seja a língua oficial dos EUA, detém o monopólio linguístico no país e é um elemento central da identidade nacional americana (Pavlenko, 2002). O contato constante entre o espanhol e o inglês, especialmente nas comunidades de imigrantes latinas, produziu mudanças no uso do espanhol, gerando uma tensão entre a preservação da língua de herança e a pressão para assimilar-se linguística e culturalmente à sociedade americana (Torres, 2016). Nesse cenário, o Spanglish surge como uma manifestação dessa tensão, um símbolo da resistência hispânica à completa assimilação e uma defesa da identidade cultural por meio da linguagem.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem descritiva e qualitativa, com foco na análise de fontes secundárias, como livros, periódicos e artigos acadêmicos, tendo em vista que a pesquisa qualitativa de caráter descritivo possibilita a descrição de fenômenos e suas qualidades, ao mesmo tempo em que se torna possível a construção de variáveis relacionais que ajudam a responder à problemática apresentada (Cortes, 1998). Neste contexto, será compreendido o fenômeno do Spanglish **a partir de** diferentes perspectivas, e, ao final, serão apresentadas como variáveis os termos “legislação”, “economia” e “educação” para explicar o fenômeno relacionando-o com o Imperialismo Linguístico.

A pesquisa bibliográfica foi fundamental para entender os aspectos históricos e culturais que levaram à formação do Spanglish, e incluiu materiais de instituições como o Instituto Cervantes e o United States Census Bureau. Esses dados foram utilizados para analisar questões como bilinguismo, uso do Spanglish no cotidiano e as tendências migratórias que moldaram a população hispânica nos EUA. A pesquisa foi conduzida por meio de uma busca sistemática em bases de dados acadêmicas como Research Gather, Google Scholar e Observatorio Cervantes, consultando livros, revistas, teses e artigos relevantes. Os termos de pesquisa utilizados incluíram “Spanglish”, “español en los Estados Unidos”, “migración y los hispanos en Estados Unidos”, “**identidad lingüística**”, “imperialismo linguístico estadounidense”, dentre outros. Foram selecionados estudos publicados majoritariamente entre os anos de 1990 e 2022, em inglês e espanhol, que abordassem os temas elencados.

2. A formação do Spanglish nos EUA: origens, desenvolvimento e uso

A presença da língua espanhola nos Estados Unidos apresenta uma longa história de existência. A comunidade hispânica nos EUA é heterogênea, dividida em gerações, sendo que a primeira geração é composta principalmente por imigrantes latino-americanos, enquanto a segunda e a terceira são formadas por seus filhos e netos. Essa diversidade contribuiu para o surgimento do Spanglish, uma forma híbrida de comunicação que reflete as interações sociais e culturais entre os mundos hispânico e anglo-saxão (García-Molins, 2015 apud Betti, 2016).

Embora o Spanglish tenha sido definido pela Real Academia Espanhola (RAE) em 2012 como uma “modalidade de fala” de alguns grupos hispânicos nos Estados Unidos, na qual elementos do espanhol e do inglês se misturam de maneira “deformada”, essa definição foi amplamente criticada (Betti, 2015). Diversos linguistas como **Ilan Stavans (2001)** e **Ana Celia Zentella (2009)** se opuseram ao termo “deformada”, argumentando que ele implicava inadequação e invalidez, enquanto, na verdade, o Spanglish respeita as normas linguísticas de ambos os idiomas (Zentella, 2009). Em resposta às críticas, a RAE, amparada por estudiosos que fazem parte da comissão e curadoria do dicionário, revisou a definição em 2014, retirando o termo “deformada” e reconhecendo o Spanglish como uma mistura de elementos léxicos e gramaticais do espanhol e do inglês (Betti, 2015).

Ademais, o Spanglish é frequentemente associado ao fenômeno do *code-switching*, ou troca de códigos, em que os falantes alternam entre o espanhol e o inglês, refletindo sua identidade bicultural e bilíngue (Pardo, 2021). Essas trocas linguísticas não seguem regras gramaticais rígidas e variam de acordo com o contexto social e familiar, além do domínio que o falante tem de cada língua (Pardo, 2021; Lipski, 2003). O uso do Spanglish, portanto, não pode ser visto como uma deformação linguística, mas sim como um comportamento linguístico que resulta da intersecção dos dois idiomas.

Desde que foi cunhado pelo jornalista portoriquenho Salvador Tió Montes de Oca em 1948, o Spanglish tem sido alvo de debates sobre seu impacto nas comunidades hispânicas nos EUA. Enquanto Tió (1948) via o fenômeno como um sinal da dominação cultural e linguística do inglês sobre o espanhol, outros estudiosos, como Varra (2019), enfatizam a importância

de analisar o Spanglish a partir de uma perspectiva sociológica. Segundo essa visão, o Spanglish reflete as complexas interações sociais, culturais e políticas entre as comunidades hispânicas e a sociedade estadunidense.

Além disso, o Spanglish também é visto como um “terceiro espaço” para os hispânicos nos EUA, que lutam para preservar sua identidade cultural enquanto se adaptam ao ambiente predominantemente anglófono (Moreno, 2004). Para muitos, o Spanglish oferece um sentido de pertencimento em uma sociedade na qual o inglês é predominante, sem que isso signifique uma completa assimilação cultural (Betti, 2009).

Entretanto, apesar da sua crescente aceitação, ainda não há um consenso entre os linguistas sobre como classificar o Spanglish. Alguns o veem como um dialeto ou variação diafásica, enquanto outros argumentam que ele é uma língua crioula ou uma nova língua (Varra, 2019). García-Molins (2022) destaca que o Spanglish não é um sistema linguístico independente, mas uma prática linguística que depende tanto do espanhol quanto do inglês.

Nos Estados Unidos, a imensa variedade de pessoas que possuem origens em diferentes países de língua espanhola tornou desafiador o encontro de um denominador comum representativo de toda essa população. Tal complexidade da identidade, marcada por uma diversidade de origens nacionais, classes sociais e gerações levou ao uso do termo «hispânico» de forma generalizada para descrever essa população, mas muitos preferem se identificar com sua origem nacional, como «mexicanos» ou «cubanos», em vez de adotar categorias pan-étnicas (Lacombe, 2022). Essas complexidades sociais e identitárias tornam desafiador o estudo do Spanglish, que não pode ser analisado apenas sob uma ótica linguística, mas também a partir de suas implicações sociais e culturais.

O fim da Guerra México-Americana (1846-1848) e a consequente firma do Tratado de Guadalupe Hidalgo representou o marco temporal que propiciou o desenvolvimento do Spanglish. Com o Tratado, o México cedeu grandes porções de seu território aos EUA, incluindo Texas, Califórnia, Arizona e Novo México. Essa mudança geopolítica, embora não tenha imposto oficialmente o inglês, estabeleceu o domínio da língua inglesa sobre o espanhol nas novas áreas americanas (Stavans, 2014; Silva-Corvalán, 2000; Vélez-Ibáñez, 2014).

O processo de assimilação linguística foi lento e desigual. Apesar de terem garantido os direitos constitucionais, os falantes de espanhol foram

gradualmente marginalizados, especialmente quando as políticas linguísticas variavam entre os estados. Texas, Califórnia e Novo México adotaram o inglês como língua dominante, mas o Arizona resistiu a esse movimento por medo de perder sua identidade cultural distinta, o que culminou na sua separação do Novo México em 1863 (Vélez-Ibáñez, 2014; Silva-Corvalán, 2000). Esse cenário criou um ambiente onde o espanhol se manteve vivo principalmente nas interações familiares e orais, enquanto o inglês dominava as esferas pública e escrita (Moreno, 2006).

A língua espanhola, introduzida nos EUA pelos colonizadores no século XVI, sobreviveu principalmente no sudoeste, apesar da crescente influência do inglês a partir do século XVII (Ovando, 2014). Os falantes de espanhol tornaram-se uma «minoría estrangeira» em seu próprio território após a anexação americana, enfrentando barreiras linguísticas e culturais significativas (Stavans, 2014; Lacomba, 2022). A migração mexicana posterior à Guerra México-Americana, impulsionada por fatores econômicos, como o crescimento da indústria agrícola e de mineração nos EUA, aumentou o uso do espanhol nas regiões sulinas (Fausto, 1999; Vargas, 2013).

A industrialização americana, especialmente nas áreas de mineração e agricultura, aumentou a demanda por trabalhadores mexicanos, resultando em uma maior integração dessas comunidades no mercado de trabalho e na sociedade americana. Tal processo migratório gerou uma maior integração entre as populações que tinham o espanhol como língua comum e diminuiu por mais da metade os casamentos entre anglo-saxões e mexicanas no final do século XIX.

Consequentemente, o espanhol expandiu-se ainda mais dentro dos estados sulinos dos EUA e resultou na união de pessoas que falavam o mesmo idioma e que compartilhavam valores culturais parecidos, implicando na formação de bairros totalmente mexicanos (Vélez-Ibáñez, 2013), posteriormente identificados como os lugares onde o Spanglish se popularizou primeiramente (Betti, 2009). Foi apenas ao longo do século XX que o movimento migratório de latinos rumo aos Estados Unidos, em particular a migração de pessoas provenientes de nações da América Central, testemunhou um notável aumento e, por conseguinte, obteve destaque nas preocupações da administração norte-americana (Silva-Corvalán, 2000).

Massey (1995) divide o curso da migração aos EUA durante o século XX a partir de três grandes fases que englobam o índice de imigração das principais regiões do globo. A primeira fase, denominada “Era Clássica”

(1901-1930), registrou a maior chegada de imigrantes, principalmente europeus. A segunda fase, “A Grande Pausa” (1931-1970), viu a diminuição da imigração europeia, mas um aumento da migração das Américas, impulsionada por legislações de cotas de imigração. A terceira fase, “Novo Regime” (1971-1993), marcou o maior índice de imigração hispânica.

A análise das fases apresentadas por Massey (1995) ilustra a transformação dos fluxos migratórios para os EUA, com uma queda contínua da imigração europeia e um aumento significativo da imigração latino-americana e asiática. As políticas de imigração dos EUA, especialmente as leis de cotas de 1921 e 1924, restringiram a entrada de europeus e asiáticos, favorecendo a migração latino-americana, principalmente mexicana, devido à demanda por mão de obra barata em setores como agricultura e serviços (Castro, 1991; Fausto, 1999).

O “Programa Bracero”, desenvolvido por meio da cooperação bilateral dos Estados Unidos e México entre os anos de 1942 e 1964, durante e após a Segunda Guerra Mundial, consistia na contratação sistemática de cidadãos mexicanos direcionados ao trabalho sazonal nas zonas agrícolas e na construção de vias férreas nos EUA, face à escassez do trabalho nacional para as áreas requeridas e a vantagem comparativa para a remuneração da população mexicana, que teria maiores recompensas ao trabalhar na União (Vargas, 2013). Essa foi uma das principais iniciativas que facilitou a migração de trabalhadores mexicanos, que eram explorados, discriminados, e sujeitos ao inglês como língua de trabalho (Stavans, 2014). A migração hispânica teve um impacto profundo na demografia dos EUA, com mexicanos compondo o maior grupo de imigrantes. No entanto, outros grupos latino-americanos também se estabeleceram no país, como cubanos, porto-riquenhos, dominicanos e centro-americanos (Alonso; Durand; Gutiérrez, 2014).

A partir da segunda metade do século XX, a diversidade linguística e cultural entre os latinos aumentou, levando ao desenvolvimento de diferentes formas de Spanglish, que variam conforme a nacionalidade e a história dos grupos dentro dos EUA (Stavans, 2014; Silva-Corvalán, 2000). O uso e a influência do Spanglish entre as comunidades hispânicas demonstram a complexidade e heterogeneidade dessa população no país (Torres, 2016).

Em **termos populacionais**, os imigrantes latinos desempenharam um papel fundamental na **transformação demográfica** dos EUA, com uma **representatividade crescente** nos censos das últimas décadas, especialmente entre venezuelanos, dominicanos, hondurenhos e guatemaltecos (Krogstad;

Passel; Noe-Bustamante, 2022). A imigração latina remodelou a demografia de estados como Califórnia, Texas e Novo México, com a expectativa de que o número de falantes de espanhol nos EUA continue a crescer, o que consolidou o país como o segundo maior com falantes da língua no mundo, e o espanhol como idioma estrangeiro mais estudado em todos os níveis educativos das instituições de ensino dos EUA (Instituto Cervantes, 2022).

Seguramente, as políticas estaduais desempenharam um papel crucial na forma como o bilinguismo foi tratado. Um exemplo notável é o Novo México, que, por meio de sua constituição, adotou medidas mais inclusivas, garantindo a preservação do espanhol nas escolas (Torrente-Paternina, 2013). Em contrapartida, estados como o Arizona, sob a influência do movimento *English Only*, adotaram medidas que priorizaram exclusivamente o ensino em inglês, o que prejudicou o desenvolvimento acadêmico de alunos hispânicos (Vélez-Ibáñez, 2014). No Texas, por sua vez, embora não houvesse leis que proibissem o uso do espanhol, a ausência de políticas proativas também foi vista como prejudicial à comunidade hispânica (Torrente-Paternina, 2013).

Nesse sentido, Ovando (2014) defende que o sistema educacional estadunidense deveria ser mais sensível às necessidades culturais e linguísticas dos estudantes hispânicos, criando um ambiente educacional que promovesse melhores condições de vida e reduzisse a desigualdade. Da mesma forma, Stavans (2014) aponta que as políticas de educação bilíngue desempenharam um papel significativo no desenvolvimento do Spanglish, permitindo que os alunos utilizassem as duas línguas no ambiente escolar.

Um fator determinante para a permanência do Spanglish é a constante imigração de latino-americanos, que mantém o espanhol vivo nas comunidades hispânicas, especialmente entre aqueles que migraram mais recentemente (Betti, 2009). Krogstad, Stepler e Lopez (2015) mostram que, entre os hispânicos nascidos nos EUA, a proficiência em inglês aumentou significativamente em relação ao uso do espanhol em casa, mas a população imigrante manteve o espanhol como língua principal.

A imigração, portanto, desempenha um papel central na coexistência do espanhol e do inglês nos Estados Unidos, ainda que o nível de escolaridade também seja um fator importante. Quanto maior o nível educacional, maior a proficiência em inglês, especialmente entre os imigrantes (Krogstad, Stepler e Lopez, 2015). Apesar disso, há preocupações de que as gerações futuras de hispânicos possam sofrer um deslocamento linguístico, abando-

nando gradualmente o espanhol em favor do inglês, especialmente aqueles que residem nos EUA há mais tempo (Fernández-Kelly, 2014). Contudo, a persistência do espanhol nas regiões fronteiriças ao México sugere que a língua continuará a desempenhar um papel importante em áreas com fortes laços culturais e linguísticos com o país vizinho (Fernández-Kelly, 2014).

Ainda que o Spanglish se assemelhe ao estágio intermediário entre o uso do espanhol e sua eventual substituição pelo inglês, estudiosos como Betti (2010, 2016), Stavans (2014) e Moreno (2006) argumentam que a variedade linguística reflete a complexidade da vida dos hispânicos nos Estados Unidos, funcionando como uma forma criativa e resiliente de comunicação. Com o passar do tempo, o Spanglish se consolidou como uma ferramenta de identidade cultural e comunicação, estando presente em vários meios de comunicação, como a televisão, o rádio e a internet (Stavans, 2014). Assim, o fenômeno linguístico permanece relevante e simboliza a complexa relação entre as culturas latina e americana.

3. O imperialismo linguístico do inglês

Atualmente, o inglês é a língua mais falada em todo o globo, abrangendo em 2023 aproximadamente 1.453 bilhões de falantes, entre nativos e não nativos (Yadav, 2023), sendo oficializado em 67 países diferentes e 27 entidades não soberanas (Assi, 2023). A língua desempenha um papel crucial nas vanguardas do desenvolvimento tecnológico, científico e econômico, na gestão estatal, em novas literaturas e gêneros de entretenimento, gerando novos vocabulários, formas gramaticais e maneiras de expressão (Graddol, 1998). Nesse cenário, o idioma ocupa espaços e postos de dominância que sobrepõem o uso e importância de outras línguas, indicando a existência de um Imperialismo Linguístico (Phillipson, 1992).

Já na década de 1980, a Língua Inglesa encontrava-se em uma posição dominante em todos os continentes do globo. Usada como língua oficial em mais de 60 países (e garantindo uma posição de relevância em outros 20), a língua detinha grande predominância mundial sobre veículos midiáticos, produções acadêmicas, indústria cinematográfica e audiovisual, tecnologia, diplomacia, etc. Igualmente, o inglês esteve associado ao desenvolvimento tecnológico, à globalização e ao capitalismo, sendo um componente central para que países e pessoas estivessem inseridos nas relações internacionais (Crystal, 2018).

Para David Crystal (2003), o status global do inglês não se deve a suas características linguísticas, mas ao poder político e militar dos falantes nativos, especialmente devido à expansão colonial do Império Britânico nos séculos XVII, XVIII e XIX, e à hegemonia dos Estados Unidos no século XX após as vitórias nas duas guerras mundiais e na Guerra Fria. Sem dúvidas, o crescimento econômico e militar dos Estados Unidos consolidou o inglês como símbolo de progresso e prosperidade (Phillipson, 1992).

Contrariando a ideia de que a disseminação do inglês é um processo natural e benéfico (Pennycook, 2017), uma análise mais crítica revela que essa expansão está profundamente ligada a fatores ideológicos, econômicos e políticos. Crystal (2003) observa que, ao longo dos séculos XIX e XX, o inglês se espalhou rapidamente sem enfrentar oposição significativa, o que contribuiu para sua consolidação como língua dominante. Ainda assim, Pennycook (2017) alerta que essa disseminação pode representar uma ameaça à diversidade linguística e cultural, questionando a equidade nas relações internacionais.

Robert Phillipson, em sua obra de 1992, elabora a teoria do Imperialismo Linguístico para explicar a difusão global do inglês e seus impactos. Ele conecta o conceito de imperialismo – dominação entre países centrais e periféricos (Phillipson, 1992) – à língua inglesa. Segundo o autor (1992, p. 47, tradução própria), esse imperialismo ocorre quando “o domínio do inglês é mantido pela criação e perpetuação de desigualdades estruturais e culturais”. Isso implica que a difusão do inglês segue um processo imperialista, que o posiciona em espaços que poderiam ser ocupados por outras línguas (Pennycook, 2017).

Além disso, Phillipson (1992) descreve como o Imperialismo Linguístico **reforça desigualdades estruturais (associadas a instituições e fatores econômicos) e culturais (relacionadas a atitudes e práticas pedagógicas)**. O etnocentrismo, processo que julga culturas com base em padrões próprios, levou à “anglocentricidade”, ou seja, o inglês como norma linguística global. A educação, por sua vez, emerge como uma peça-chave para a compreensão do imperialismo linguístico, já que o próprio crescimento do anglocentrismo foi, principalmente, uma consequência do aumento do estudo da língua (Pennycook, 2017).

Os profissionais da área denominada English Language Teaching (ELT) desconsideram problemas sociais amplos do ensino e aprendizagem da língua, possuindo formas de pedagogia que se restringem à exposição da

dimensão técnica e procedimental da língua (Phillipson, 1992). Adicionalmente, é impossível dissociar o aprendizado da língua com as relações de poder existentes no mundo, seja ele político, econômico, militar ou cultural (Pennycook, 2017). Esse processo reforça a não neutralidade do inglês, consolidando sua relação com o poder e suas políticas culturais. A figura do “falante nativo”, por exemplo, carrega uma autoridade ideológica que exclui variações da língua que fogem ao padrão britânico ou estadunidense (Pennycook, 2017).

O imperialismo linguístico também opera dentro de países de língua inglesa, como os EUA, onde políticas de assimilação impõem o inglês a grupos de imigrantes e indígenas (Phillipson, 1992; Betti, 2015). Desde as migrações de 1931, o inglês tem sido crucial para manter a unidade nacional, uma ferramenta de unificação política e controle. Essa condição também gera conflitos entre a preservação da identidade cultural e a assimilação linguística (Crystal, 2003).

A língua inglesa, especialmente durante o período de massivas migrações ao país a partir de 1931, foi um importante agente de manutenção da inteligibilidade mútua e da manutenção da unidade americana (Massey, 1995). A partir disso, foram gerados conflitos entre os grupos de pessoas que defendiam a preservação da sua identidade cultural e linguística, e grupos que defendiam a **assimilação completa dos imigrantes** na sociedade norte-americana, e **que, mobilizados por esse fator, tornaram-se os responsáveis pela constituição do *English Only*** (Crystal, 2003).

Anteriormente, no século XX, o movimento de “Americanização” surgiu como uma resposta às ondas de imigração, incentivando o ensino exclusivo do inglês nas escolas, principalmente em estados com grande presença de imigrantes (Lleras-Muney; Shertzer, 2015).

O sentimento anti-imigração intensificou-se particularmente com a chegada de imigrantes hispânicos no “Novo Regime” migratório (1971-1993), o que reforçou a percepção de que esses imigrantes ameaçavam a hegemonia da língua inglesa (Massey, 1995). Nesse contexto, movimentos como o *English Only* surgiram com o objetivo de promover a homogeneidade linguística, combatendo o ensino bilíngue e defendendo o inglês como língua oficial (Borden, 2014).

O movimento *English Only* desenvolveu três principais organizações: English First, Pro-English e US English. Essas organizações compartilham

a missão de instituir o inglês como idioma oficial e eliminar políticas multilíngues, com foco particular na eliminação da educação bilíngue, que foi oficialmente regulamentada em 1968 (Bilingual Education Act). A justificativa dos apoiadores do movimento é que o ensino de uma única língua ajudaria os imigrantes a melhorar sua proficiência no inglês e aumentaria suas chances de ascensão social (Lawton, 2013).

O movimento também tem implicações econômicas, uma vez que o ensino bilíngue é visto como um desperdício de recursos que poderiam ser mais bem utilizados em outras áreas (Lawton, 2013). Além disso, líderes do movimento argumentam que o inglês é essencial para a participação no sistema capitalista americano, ligando o domínio da língua ao sucesso econômico e à identidade nacional (Hartman, 2003).

A retórica do *English Only* se baseia em três mitos centrais: o mito nacional, que vincula a unidade nacional ao uso de uma única língua; o mito da liberdade, que associa o aprendizado do inglês à liberdade política, econômica e social; e o mito do “caldeirão cultural”, que sugere que a assimilação linguística é necessária para a coesão social (Hartman, 2003).

Embora o movimento *English Only* alegue que sua missão é benéfica para os imigrantes, proporcionando-lhes oportunidades de sucesso, na prática, ele reforça a opressão colonial e linguística, impondo o inglês como uma forma de controle ideológico. Hartman (2003) argumenta que essa política não reconhece a humanidade dos não-falantes de inglês e perpetua uma lógica de dominação colonial.

Por fim, o movimento *English Only* se concentra particularmente nos imigrantes hispânicos, que representam a população de crescimento mais rápido nos EUA. A “Hispanofobia” surge como uma reação à presença crescente de latinos, com muitos defensores do movimento temendo que os hispânicos possam ocupar espaços privilegiados tradicionalmente reservados à população branca (Zentella, 1997 apud Pac, 2012). Como resultado, grupos nativistas pressionam para que o inglês seja declarado a língua oficial, com o objetivo de acelerar a assimilação dos imigrantes latino-americanos.

4. Spanglish: o produto do imperialismo linguístico

A Hispanofobia e a narrativa da “ameaça latina” **potencializaram** a mobilização conservadora da sociedade estadunidense para a elaboração e

aprovação de leis de restrição à migração (Massey; Pren, 2009; Zentella, 1997). Essas leis, promulgadas entre 1965 e 2001, coincidem com o auge da imigração latino-americana e legitimaram a detenção e deportação em massa de imigrantes latinos, promovendo operações como a “Operação Bloqueio”, **na qual se militarizou a patrulha fronteiriça na região de El Paso**, e a “Operação Cooper Cactus”, **com o envio de tropas da Guarda Nacional do Arizona para auxiliar autoridades na fronteira na detenção de imigrantes em situação irregular** (Massey; Pren, 2009).

Mesmo com a estabilização do fluxo de imigrantes indocumentados no final dos anos 1970, as detenções continuaram a aumentar, refletindo um ciclo de retroalimentação entre a criação de políticas restritivas e a opinião pública inflamada por políticos (Massey; Pren, 2009). Com o fortalecimento do movimento *English Only* em 1980 graças ao apoio de grupos conservadores, a US English patrocina campanhas de oficialização do inglês em mais de 40 estados (Hernández-Nieto, 2017). As campanhas contribuíram para que cada estado, individualmente, declarasse o inglês como língua oficial.

Esse movimento reforçou a opressão contra os hispânicos, especialmente em relação à sua língua majoritária, o espanhol. A pressão para aprender inglês rapidamente, **a fim** de obter melhores empregos e integrar-se socialmente, gerou um fenômeno de “insegurança linguística” entre os latinos (Zentella, 1997). O mito do caldeirão cultural e outras narrativas do movimento *English Only* incentivam o aprendizado instantâneo do inglês, mas estudos indicam que latinos que falam apenas inglês têm pior desempenho econômico do que aqueles que falam apenas espanhol (Hartman, 2003). A língua espanhola, nessas condições, se torna uma ferramenta de integração cultural, social e econômica dentro das comunidades latinas (Hartman, 2003).

O Spanglish, nessas condições, capta o desafio da população hispânica em submeter-se à obrigatoriedade de uso do inglês sem abrir mão de suas raízes e alcançar integralmente uma “assimilação cultural”. Ainda que os índices enfatizem o padrão de adoção completa do inglês ao longo de gerações de imigrantes, a variedade linguística representa uma fusão necessária para que eles sobrevivam e usufruam das esferas de convívio social, laboral e acadêmico.

O Spanglish não é apenas um fenômeno linguístico, **mas também o** resultado de complexos fatores históricos, sociais, políticos e notavelmente econômicos. A importância da população latino-americana para a economia

estadunidense já se destacava com o “Programa Bracero” de 1942, que permitiu a entrada de trabalhadores temporários mexicanos. Apesar dos benefícios econômicos, o fim do programa (1964) foi seguido por aumento do preconceito e hostilidade, gerando indicadores sociais baixos, como altos níveis de desemprego e encarceramento (Fernández-Kelly, 2014). No entanto, a presença dos *braceros* transformou estados como Califórnia e Texas, e abriu caminho para a coexistência do inglês e espanhol (Stavans, 2014).

O Spanglish, portanto, reflete interações culturais e identitárias complexas entre os latinos, que são tanto biculturais (pertencentes a duas culturas) quanto bilíngues (falantes de duas línguas). Sua função é promover a comunicação entre os que possuem fluência em ambos os idiomas, criando um espaço de interseção cultural e identitária (Stavans, 2011; Betti, 2016). Esse bilinguismo é adaptativo, e não um estilo de escolha, evidenciando a adaptação cultural e social dos latinos ao contexto de língua inglesa, ao mesmo tempo em que preservam sua identidade linguística (Moreno, 2002 apud García-Molins, 2022).

Apesar da crescente assimilação linguística entre latinos nascidos nos EUA, o fenômeno do Spanglish desafia a narrativa do *English Only*, mostrando que a preservação da língua espanhola não implica resistência ao inglês ou à integração (Lawton, 2013; Pardo, 2021). A maioria dos latinos defende a importância de aprender o inglês para mobilidade socioeconômica, enquanto a preservação do espanhol é considerada vital para a salvaguarda da identidade e cultura hispânica (Pardo, 2021).

Sob outra ótica, existem diversos problemas na maneira pela qual a escolarização dos hispânicos (sobretudo os imigrantes) é conduzida nos EUA (Borden, 2014) e como essa situação afeta a preservação de suas línguas e identidades culturais. Inicialmente, os programas destinados ao aprendizado da língua inglesa se revelam mais como centros de treinamento para a força de trabalho do que como ferramentas de inclusão cultural, evidenciando um enfoque na assimilação que ignora a riqueza cultural dos imigrantes (Borden, 2014; Pennycook, 2017). Nesse sentido, a principal expectativa é que os imigrantes adotem os valores da sociedade dominante, desconsiderando suas próprias culturas.

Ademais, o método de educação bilíngue mais comum, conhecido como *Transitional Bilingual Education* (TBE), visa à transição gradual do espanhol para o inglês, mas seu real objetivo parece ser a eliminação do bilinguismo, promovendo a formação de cidadãos monolíngues (Borden,

2014; Palmer, 2011 apud Borden, 2014). No entanto, a educação bilíngue também apresenta aspectos positivos, como o desenvolvimento do Spanglish e esforços para a preservação da identidade hispânica. A Lei de Educação Bilíngue, implementada em 1968, buscou inverter a ideia de que o uso do espanhol representava baixa mobilidade social, argumentando que a alfabetização na língua materna é fundamental para o aprendizado do inglês (Vélez-Ibáñez, 2014).

Não obstante, essa lei passou por diversas modificações ao longo dos anos, refletindo uma crescente hostilidade em relação ao bilinguismo, especialmente após os anos 80, quando o sentimento anti-bilinguismo se consolidou e resultou na implementação de políticas linguísticas restritivas (García, 2008). Em particular, o movimento *English Only* ganhou força, limitando severamente a educação bilíngue e, conseqüentemente, restringindo as oportunidades de aprendizado do espanhol (Stavans, 2014; Ovando, 2014). As modificações na Lei de Educação Bilíngue ao longo das décadas destacam essa mudança. **A partir de 1988**, houve um aumento no apoio a programas do *English Only* e a limitação do tempo de permanência em programas bilíngues (García, 2008).

Os relatos de repressão linguística são comuns entre os estudantes hispânicos, que enfrentam penalizações por parte de instrutores que não compreendem a língua espanhola, reforçando a ideia de que o sucesso escolar depende exclusivamente do uso do inglês (Pardo, 2021). Exemplos disso são trazidos pela escritora chicana Gloria Anzaldúa, que descreve experiências de punição por usar o espanhol durante sua educação (Anzaldúa, 1987, n.p. apud Pardo, 2021).

Além do mais, políticas linguísticas restritivas, como as propostas na Califórnia, Arizona e Massachusetts, tiveram um impacto significativo ao restringir a educação bilíngue, especialmente em estados com alta população hispânica (Pac, 2012). Com a implementação da Lei “No Child Left Behind” em 2001, a tendência de desincentivar a educação bilíngue se intensificou, comprometendo ainda mais as oportunidades dos estudantes hispânicos (Pac, 2012). Assim, as políticas favoráveis ao *English Only* se tornaram uma forma institucionalizada de controle social das populações estrangeiras, levando à perda de identidade cultural e à desconexão com suas raízes.

Adicionalmente, a ansiedade linguística se torna um fenômeno significativo, resultante da pressão de duas fontes: a exigência da sociedade dominante para a assimilação cultural e linguística, e a expectativa das comunidades

de origem para que os imigrantes preservem sua herança (Pascual; Cabo, 2021). Esse estado de insegurança afeta a identidade dos jovens hispânicos, dificultando sua aceitação nas esferas educacionais e sociais (Prada et al., 2020 apud Pascual; Cabo, 2021). A atuação de professores bilíngues também contribui para esse cenário, pois muitos demonstram visões negativas sobre a troca de códigos entre espanhol e inglês, resultando em estigmatização e vergonha em relação ao uso da língua nativa (Pascual; Cabo, 2021).

Desse modo, o sistema educacional pode perpetuar o imperialismo linguístico e a exclusão cultural, especialmente contra estudantes hispânicos, reforçando uma ideologia dominante que limita suas oportunidades de desenvolvimento acadêmico (Phillipson, 2010 apud Pac, 2012; Borden, 2014). A falta de um currículo que promova justiça social e igualdade de oportunidades contribui para as altas taxas de abandono escolar e a alienação das comunidades hispânicas em relação à sua cultura (Borden, 2014).

A prática do Spanglish, além de servir como uma maneira de demonstrar proficiência em inglês ou espanhol (Johnson, 2000), revela-se intrinsecamente vinculada à questão da identidade (Price, 2010). A pesquisa indica que aqueles que utilizam mais frequentemente mudanças de código na fala mantêm um contato equilibrado com suas comunidades, o que ressalta a importância da preservação do espanhol. Além disso, o Spanglish permite que a comunidade hispânica mantenha suas tradições culturais, mesmo diante da pressão para aprender inglês (Gonzales, 1999 apud Price, 2010).

A comunicação que envolve o *code-switching* é vital para a preservação das tradições culturais hispânicas, representando uma resistência ao processo de americanização que impõe uma assimilação cultural (Gonzales, 1999 apud Price, 2010; Lleras-Muney; Shertzer, 2015). Em vista disso, o Spanglish simboliza um equilíbrio cultural e uma identidade em meio à pressão da sociedade majoritariamente anglófona (Torres, 2016). Como tal, ao expressar uma “dupla realidade”, os falantes podem controlar sua autonomia em uma sociedade multiétnica (Fernández-Ulloa, 2004 apud De Lima, 2015). Esse fenômeno é mais do que um reflexo da opressão linguística; é uma afirmação da vitalidade da língua e da identidade dos falantes.

Atualmente, o Spanglish transcende o âmbito familiar e das comunidades hispânicas, alcançando espaços públicos e sendo adotado por diversas classes sociais (Stavans, 2014). A sua presença se estende para além dos Estados Unidos, influenciando áreas como publicidade, mídia e entretenimento, o que demonstra que a prática não é uma ameaça para o espanhol

ou o inglês, mas sim um sinal de coexistência cultural. A diversidade e as mutações linguísticas que acompanham o uso do Spanglish não enfraquecem, mas sim reforçam o sentido de identidade dos falantes hispânicos nos Estados Unidos e na América Latina (Stavans, 2014).

5. Considerações finais

A leitura teórica do Spanglish baseada em aspectos socioeconômicos, legais e acadêmicos não só permitiu a identificação de diversos fatores que moldaram a sua existência, tal qual o Imperialismo Linguístico, mas também possibilitou destacar a sua importância identitária para os latino-americanos residentes nos EUA. Primeiramente, o estudo ressalta que, entre 1970 e 2000, a mobilização do movimento *English Only* reforçou a marginalização das línguas e culturas hispânicas, indicando a importância do Spanglish na preservação do espanhol como parte da herança linguística dos imigrantes (Gonzales, 1999 apud Price, 2010).

Além disso, a análise dos teóricos evidencia que a troca de códigos entre o espanhol e o inglês não apenas reflete um processo de assimilação, mas também é um símbolo da luta por reconhecimento cultural. Embora o Spanglish tenha surgido em bairros latinos mais pobres, sua evolução nas últimas décadas aponta para uma maior proficiência bilíngue, que agora é vista como um resultado da educação bilíngue e das mudanças sociais entre os hispânicos (Price, 2010).

A pesquisa também demonstra a influência da legislação estadunidense sobre o fenômeno. A articulação de movimentos *English Only*, que levaram à oficialização do inglês em 27 estados, reforça a marginalização do espanhol e das culturas latino-americanas. Nesse contexto, o Spanglish se torna um ponto de união para aqueles que buscam aceitar e afirmar suas identidades bilíngues (Otheguy; Stern, 2011).

Na dimensão econômica, discute-se como o domínio do inglês é visto como uma via de ascensão social, mas também se argumenta que o espanhol mantém uma relevância econômica significativa. Além disso, a educação bilíngue se revela contraditória, pois enquanto se defende a preservação da língua de herança, também há esforços para minimizar o uso do espanhol nas escolas (Betti, 2009).

Embora as tentativas do *English Only* não tenham sido totalmente eficazes na erradicação do modelo educacional bilíngue, sua influência legislativa resultou em uma desvalorização dos programas de Educação Bilíngue, perpetuando a opressão linguística e cultural nos EUA (Pascual; Cabo, 2021).

Para pesquisas futuras, é importante analisar os impactos da variedade linguística do século XXI, especialmente diante das políticas migratórias mais rígidas no governo de Donald Trump (2017-2021 e a partir de 2025), como a construção do muro na fronteira sul para conter a imigração mexicana e latino-americana. Além disso, o aumento de hispânicos nascidos nos EUA oferece um recorte relevante para entender a transmissão do espanhol às novas gerações, que já não são imigrantes e estão imersas na cultura anglo-saxônica. Por fim, estudos de caso em nível estadual são essenciais para compreender a manifestação do Spanglish em regiões com diferentes concentrações de latino-americanos, ressaltando a importância de uma comunidade sólida para a preservação cultural e linguística dessas diversas nacionalidades nos EUA.

Conflito de interesses

Declaramos não ter qualquer conflito de interesse, em potencial, neste estudo.

Contribuição dos autores

A premissa do artigo foi inicialmente idealizada por Victor Mota, que o desenvolveu em formato de monografia, sob orientação e condução do texto pela orientadora, Andréa Vettorassi. Posteriormente, os três autores, sobretudo Alexandre Badim na condição de avaliador da pesquisa, colaboraram para que o texto fosse transformado em um artigo que carregasse a tese e hipótese pregadas no projeto anteriormente defendido. Todos os autores aprovam a versão final do manuscrito e são responsáveis por todos os aspectos, incluindo a garantia de sua veracidade e integridade.

Disponibilidade de dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Referências

- Alonso, J. A., Durand, J., & Gutiérrez, R. (2014). La persistencia del español en los colectivos hispanos de Estados Unidos: Una introducción. In J. A. Alonso, J. Durand, & R. Gutiérrez (Eds.), *El futuro del español en Estados Unidos: La lengua en las comunidades de migrantes hispanos*. Fundación Telefónica.
- Assi, K. (2023). *67 países que falam inglês e mais: Um guia enorme e útil*. Berlitz. <https://www.berlitz.com/pt-br/blog/paises-que-falam-ingles>
- Betti, S. (2009). Spanglish en los Estados Unidos: Apuntes sobre lengua, cultura e identidad. *Confluenze. Rivista di Studi Iberoamericani*. <https://confluenze.unibo.it/article/view/1653>
- Betti, S. (2015). La definición del spanglish en la última edición del Diccionario de la Real Academia (2014). *Glosas - Academia Norteamericana de la Lengua Española*, 8(8). <https://cris.unibo.it/handle/11585/516243>
- Betti, S. (2016a). Estados Unidos y su dimensión lingüística. *Revista de Filología y Lingüística de la Universidad de Costa Rica*. <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/filyling/article/view/23747>
- Betti, S. (2016b). Una cuestión de identidad... español y “spanglish” en los Estados Unidos. *Camino Real*, 8(11). <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6053276>
- Borden, R. S. (2014). The English-only movement: Revisiting cultural hegemony. *Multicultural Perspectives*, 16(4). <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15210960.2014.956607>
- Castro, M. G. (1991). Latinos nos EUA - Unindo Américas, fazendo a América de lá ou perdendo a nossa América? *Travessia - Revista do Migrante*. <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/download/302/270>
- Cortés, S. M. V. (1998). Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. *Cadernos de Sociologia*, 9(1), (pp. 11-47).
- Crystal, D. (2003). *English as a global language* (2ª ed.). Cambridge University Press.
- De Lima, T. (2015). O Spanglish nos EUA: Identidades em (Re)Construção. *Anais do VI SAPPIL - Estudos de Linguagem*, (pp. 599-613). <http://www.anaisdosappil.uff.br/index.php/VISAPPIL-Ling/article/view/261>
- Fausto, B. (1999). *Fazer a América: A imigração em massa para a América Latina*. Edusp.
- Fernández-Kelly, P. (2014). El español como vehículo de adaptación entre migrantes de primera y segunda generación en Estados Unidos. In J. Durand & R. Gutiérrez (Eds.), *El futuro del español en Estados Unidos: La lengua en las comunidades de migrantes hispanos*. Fundación Telefónica.
- García, O. (2008). El uso del español en la enseñanza. La educación bilingüe. In H. L. Morales (Ed.), *Enciclopedia del español en los Estados Unidos: Anuario del Instituto Cervantes*. Centro Virtual Cervantes.

- García-Molins, Á. L. (2022). Reflexiones multidisciplinares sobre el espanglish. *Estudios del Observatorio*, 77. <https://cervantesobservatorio.fas.harvard.edu/es/informes/reflexionesmultidisciplinares-sobre-el-espanglish>
- Graddol, D. (1998). *The future of English*. The British Council.
- Hartman, A. (2003). Language as oppression: The English-only movement in the United States. *Socialism and Democracy*, 17(1). <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08854300308428349>
- Hernández-Nieto, R. (2017). La legislación lingüística en los Estados Unidos. *Informes del Observatorio*, 33. <https://cervantesobservatorio.fas.harvard.edu/es/informes/la-legislaci%C3%B3n-ling%C3%BC%C3%ADstica-en>
- Instituto Cervantes. (2022). *El español en el mundo 2022: Anuario del Instituto Cervantes*. Instituto Cervantes. https://cvc.cervantes.es/lengua/espanol_lengua_viva/pdf/espanol_lengua_viva_2022.pdf
- Lleras-Muney, A., & Shertzer, A. (2015). Did the Americanization movement succeed? An evaluation of the effect of English-only and compulsory schooling laws on immigrants. *American Economic Journal: Economic Policy*, 7(3). <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/pol.20120219>
- Massey, D. S. (1995). The new immigration and ethnicity in the United States. *Population and Development Review*, 21(3). <https://www.jstor.org/stable/2137753>
- Massey, D., & Pren, K. A. (2013). La guerra de los Estados Unidos contra la inmigración: Efectos paradójicos. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 59, 209–237. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4827256/>
- Moreno, F. F. (2006). *Sociolingüística del español en los Estados Unidos*. https://www.researchgate.net/publication/282612159_Sociolingüística_del_español_en_los_Estados_Unidos
- Otheguy, R., & Stern, N. (2011). On so-called Spanglish. *International Journal of Bilingualism*, 15(1). <https://doi.org/10.1177/1367006910379298>
- Ovando, C. J. (2014). Los conflictivos orígenes y el futuro del español en Estados Unidos. In J. A. Alonso, J. Durand, & R. Gutiérrez (Eds.), *El futuro del español en Estados Unidos: la lengua en las comunidades de migrantes hispanos* (pp. 47-63). Fundación Telefónica.
- Pascual, D., & Cabo, G. R.-M. (2021). Entender y confrontar las agresiones lingüísticas en la enseñanza del español como lengua de herencia. *Estudios del Observatorio*, 73. <https://cervantesobservatorio.fas.harvard.edu/es/informes/entender-y-confrontar-las-agresiones-linguisticas-en-la-ensenanza-del-espanol-como-lengua>
- Pardo, A. B. (2021). Spanglish, an identity-based discourse strategy of Latino community to respond to segregation through language. *Literature – Master Les Amériques*. <https://dumas.ccsd.cnrs.fr/dumas-03333873>
- Pavlenko, A. (2002). “We have room for but one language here”: language and national identity in the US at the turn of the 20th century. *Multilingua*, 21. https://www.anetapavlenko.com/pdf/Pavlenko_Multilingua_2002b.pdf

- Pennycook, A. (2017). *The cultural politics of English as an international language*. Taylor & Francis.
- Phillipson, R. (1992). *Linguistic imperialism*. Oxford University Press.
- Price, T. (2010). What is Spanglish? The phenomenon of code-switching and its impact amongst US Latinos. *Début: The Undergraduate Journal of Languages, Linguistics and Area Studies*, 1(1). <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=e07c2ce8402f33af19abc78e7b03523ae42728cb>
- Real Academia Española. (2023). *Espanglish*. In *Diccionario de la lengua española* (23rd ed.). <https://dle.rae.es/espanglish#Rq8JJSS>
- Silva-Corvalán, C. (2000). El español en el mundo: Anuario del Instituto Cervantes. *El español en Estados Unidos: perspectiva histórica*. Centro Virtual Cervantes.
- Stavans, I. (2001). *Entrevista a Ilan Stavans, profesor de español en EE.UU.* Cuadernos Cervantes. <https://www.cuadernos cervantes.com/entrevistanstavans.html>
- Stavans, I. (2014). Lengua y mestizaje. In J. A. Alonso, J. Durand, & R. Gutiérrez (Eds.), *El futuro del español en Estados Unidos: La lengua en las comunidades de migrantes hispanos* (pp. 135-148). Fundación Telefónica – Ariel.
- Thomas, L. (1996). Language as power: A linguistic critique of US English. *The Modern Language Journal*, 80(2). <https://doi.org/10.2307/328631>
- Torrente-Paternina, L. (2013). El español y las políticas lingüísticas en Estados Unidos: El caso de los Estados fronterizos con México. *Cuadernos de Lingüística Hispánica*, 22. https://www.scielo.org/co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-053X2013000200004&lng=en&nrm=isso
- Torres, A. (2016). El español estadounidense, entre el “Spanglish” y el español internacional. In S. Betti & E. Serra (Eds.), *Nuevas voces sobre el “Spanglish”: una investigación polifónica* (pp. 155-172). Universitat de València.
- Vargas, A. (2013). Migración y estrés aculturativo: una perspectiva teórica sobre aspectos psicológicos y sociales presentes en los migrantes latinos en Estados Unidos. *Norteamérica*, 8(1). https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-35502013000100001&lng=es&nrm=iso
- Varra, R. (2019). En defensa del espanglish. In F. Moreno-Fernández (Ed.), *Debates en torno al español en los Estados Unidos* (pp. 143-160). *Revista Tribuna Norteamericana*, 31.
- Vélez-Ibáñez, C. G. (2014). Lengua y alfabetización en español en el suroeste de Estados Unidos: Hegemonía política de la lengua desde la colonia al presente. In J. A. Alonso, J. Durand, & R. Gutiérrez (Eds.), *El futuro del español en Estados Unidos: La lengua en las comunidades de migrantes hispanos* (pp. 197-210). Fundación Telefónica – Ariel.

- Yadav, A. (2023). English language statistics. *Lemon Grade*. <https://lemongrad.com/english-language-statistics/>
- Zentella, A. C. (2009). Debate sobre el término “Spanglish” entre los profesores Ricardo Otheguy y Ana Celia Zentella. *Conference on Spanish in the US, Miami*. <https://static1.squarespace.com/static/62c9ead21a4f5816b6fca33d/t/62cb1ee719728c4aaecc3c66/1657478887416/transcripciondebatespanglish.pdf>
- Zentella, A. C. (1997). The Hispanophobia of the Official English movement in the US. *International Journal of the Sociology of Language*, 127. https://www.researchgate.net/publication/249930214_The_Hispanophobia_of_the_Official_English_Movement_in_the_US

Recebido em: 25.02.2025

Aprovado em: 02.09.2025

EDITORA GERAL: Marcia Veirano Pinto 